

PREGÃO ELETRÔNICO

22/2025 (RETIFICADO em 22/05/2026)

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (389465)

OBJETO

Suporte Banco de Dados Oracle

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 61.169,00 (sessenta e um mil e cento e sessenta e nove reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	24
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	25
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	28



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UASG 389465)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025
(Processo Administrativo nº 235/2025)

Torna-se público que o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do setor de Licitações, sediado Av. Princesa Isabel nº 921, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de prestação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção, backup primário e suporte técnico para ambiente de banco de dados Oracle para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo/ítem único.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Para esta licitação, terá tratamento favorecido **para a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
 - 3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- 3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor Unitário e Valor total do item;**
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 4.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,5% (meio por cento)*.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 5.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 5.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
- 5.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.22.2.2. empresas brasileiras;
- 5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

5.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNOJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 6.19.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 6.19.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e
- 6.19.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto](#)



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

[nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
 - 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
 - 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
 - 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, **02 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.
 - 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
 - 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Exigências de habilitação

- 7.21. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.22. Habilitação jurídica

- 7.22.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.22.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.22.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 7.22.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.22.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.22.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.22.7. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

7.22.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.23. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.23.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.23.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.23.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.23.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.23.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.24. Qualificação Econômico-Financeira

7.24.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.24.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

7.24.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 7.24.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 7.24.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.25. Qualificação Técnica

- 7.25.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

7.26. Qualificação Técnico-Operacional

- 7.26.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.26.1.1. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados, comprovando a experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos.

7.26.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

7.26.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.26.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.26.2. Comprovação de execução de mínimo 3 (três) projetos similares ao objeto da contratação, executados nos últimos 3 (três) anos, que demonstrem aptidão para o objeto licitado em características, quantidades e prazos.

7.26.2.1. Projetos Similares Aceitos:

Suporte técnico a Oracle Database (qualquer versão).

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

Administração DBA de Oracle Database.
Monitoramento 24x7 de Oracle Database.
Serviços gerenciados (managed services) de Oracle Database.
Migração/upgrade de versões Oracle.

7.27. Qualificação da Equipe Técnica

7.27.1.1. Para fins de habilitação e garantia da execução direta, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, 02 (dois) profissionais que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- I. Certificação Técnica: Certificação Oracle Certified Professional (OCP) para Oracle Database 12c ou superior. A validade deverá ser comprovada mediante apresentação do código de verificação ou link do portal oficial Oracle CertView.
- II. Experiência Profissional: Experiência mínima de 03 (três) anos em administração, monitoramento e suporte de ambientes Oracle Database de missão crítica.
- III. Comprovação de Experiência: A experiência será validada através de atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que discriminem atividades compatíveis com o objeto (backup/recovery, tuning, segurança e troubleshooting).
- IV. Comprovação de Vínculo (Fase de Habilitação): O vínculo dos profissionais com a licitante deve ser comprovado já na fase de habilitação, mediante cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ficha de registro de empregados ou contrato social (em caso de sócios). Não será admitida a indicação de profissionais sem vínculo empregatício direto ou sob regime de subcontratação.

7.27.1.2. A exigência de, no mínimo, 02 (dois) profissionais detentores da certificação OCP justifica-se pelo Princípio da Continuidade do Serviço Público. Dado que o objeto prevê monitoramento ininterrupto (24x7x365), a existência de um único profissional certificado criaria um 'Ponto Único de Falha' (Single Point of Failure). A redundância técnica é indispensável para cobrir períodos de férias, licenças médicas, afastamentos legais e eventual turnover, garantindo que o conhecimento crítico do ambiente e o cumprimento dos SLAs não sejam comprometidos por eventos administrativos da contratada.

Disposições gerais sobre habilitação

- 7.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.5. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 8.7. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.8. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.



9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mail: licit01@cremers.org.br
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



EDITAL RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Dr. Régis Fernando Angnes
Presidente



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE E MONITORAMENTO DE BANCO DE DADOS ORACLE - CREMERS

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sustentação do ecossistema de banco de dados Oracle do **CREMERS**, compreendendo o monitoramento proativo, administração técnica e suporte especializado, divididos nos seguintes itens/grupo:

Grupo	Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário / Mensal	Valor Total / Anual
01	01	Monitoramento Proativo 24x7x365: Serviço de vigilância técnica ininterrupta, detecção de anomalias e emissão de alertas automáticos para o ambiente de produção (Oracle Database 12c SE2 e versões superiores), visando garantir a disponibilidade e integridade dos dados.	12 meses	R\$ 3.229,93	R\$ 38.759,20
	02	Suporte Técnico e Administração: Prestação de serviços de administração de banco de dados (DBA) sob demanda, limitados a 60 (sessenta) horas anuais , para execução de atividades de otimização, correção de falhas e aplicação de patches.	60 horas	R\$ 373,50 por hora	R\$ 22.410,00
Valor Total estimado R\$ 61.169,00 (sessenta e um mil e cento e sessenta e nove reais)					

2. JUSTIFICATIVA

A necessidade desta contratação decorre principalmente do fim da vigência do contrato atual (PE 11/2020). Trata-se de uma obrigação legal de realizar um novo processo licitatório para garantir a continuidade dos serviços essenciais de suporte e monitoramento do banco de dados Oracle, em conformidade com a transição da Lei nº 8.666/93 para a Lei nº 14.133/2021.

Não se trata de uma contratação motivada pela insuficiência de horas no contrato anterior, mas sim pela necessidade de renovar o serviço sob a nova legislação e, ao mesmo tempo, promover uma melhoria estrutural no modelo de contratação. A inclusão de um item separado para monitoramento contínuo 24x7x365 visa aprimorar a proatividade na gestão do ambiente, que antes era coberta de forma reativa pelas horas de suporte.

A continuidade dos serviços é crucial para:

- I. Manter a operacionalidade dos sistemas críticos do CREMERS.
- II. Garantir a disponibilidade e integridade dos dados.
- III. Assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- IV. Preparar o ambiente para futuras atualizações tecnológicas, como o upgrade da versão do banco de dados.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O escopo dos serviços abrange as atividades detalhadas para cada item da contratação, visando a máxima eficiência e segurança do ambiente Oracle do CREMERS.

3.1. ITEM 1: Monitoramento Contínuo 24x7x365

A contratada deverá realizar o monitoramento ininterrupto do ambiente de banco de dados, utilizando obrigatoriamente a ferramenta Oracle Enterprise Manager Cloud Control 13c, configurada para coleta de métricas em tempo real e geração de alertas automáticos.

3.1.1. Escopo do Monitoramento Técnico

O monitoramento deve abranger a saúde integral da instância e do host, incluindo:

Infraestrutura e Instância: Acompanhamento dos processos de background (PMON, SMON, DBWn), consumo de CPU, memória (SGA/PGA) e latência de I/O.

Armazenamento: Gestão de Tablespaces com alertas de crescimento (thresholds de 80% e 90%), monitoramento de Archive Logs para prevenir o travamento da instância e verificação da integridade dos arquivos físicos.

Objetos e Sessões: Identificação de Locks impeditivos, sessões inativas (*sniped*), processos zumbis e análise de fragmentação de índices.

Segurança: Auditoria de tentativas de acesso falhas e monitoramento de alterações em perfis de usuários e privilégios.

3.1.2. Gestão Proativa de Performance

A contratada deve atuar antes que a degradação impacte o usuário final, realizando:

- I. Relatórios Statspack: Instalação, configuração e análise semanal de relatórios Statspack para identificação de tendências de carga e gargalos.
- II. Análise de Wait Events: Identificação sistemática dos principais eventos de espera em tempo real (ex: *db file sequential read*, *log file sync*).
- III. SQL Monitoring Manual: Identificação de queries de alto custo (Top SQL) via visualizações de dicionário de dados (V\$) e proposição de planos de execução otimizados (*Explain Plan*).

3.1.3. Alertas e Notificações

Configuração de Incident Rules no OEMCC para envio imediato de notificações (E-

mail/Dashboard) e acionamento imediato via contato telefônico ou aplicativo de mensagens instantâneas à equipe técnica do CREMERS em caso de incidentes críticos (P1), garantindo a ciência inequívoca do evento dentro do prazo de resposta estabelecido.

Manutenção de um Dashboard de Disponibilidade acessível em tempo real pelo contratante.

3.1.4. Relatórios de Gestão (Mensais)

Entrega de relatório consolidado contendo:

Gráficos de utilização de recursos e projeção de crescimento (Capacity Planning).

Inventário de patches de segurança (PSU/CPU) aplicados e recomendações de atualização.

III. Comparativo de incidentes detectados proativamente vs. chamados abertos pelos usuários.

3.1.5. O monitoramento via OEMCC 13c será utilizado estritamente para a camada de disponibilidade e alertas de infraestrutura (Up/Down, Tablespaces, Archive Logs), respeitando os direitos de *Restricted Use* da licença SE2. Toda a análise de performance, tendências de carga e *capacity planning* será realizada através da ferramenta Statspack, cujos dados servirão de base para os relatórios semanais e mensais.

3.2. ITEM 2: Suporte Técnico e Administração

Este item engloba os serviços de suporte técnico especializado e administração do banco de dados Oracle, incluindo, mas não se limitando a:

I. Resolução de incidentes e problemas, com base nos SLAs definidos.

II. Performance Tuning: Análise e otimização de queries SQL, índices, estruturas de dados e parâmetros do banco de dados, utilizando Statspack e Explain Plan.

III. Backup e Recovery: Implementação, monitoramento e teste de rotinas de backup e recuperação de dados, utilizando **RMAN** (Recovery Manager).

IV. Aplicação de Patches: Planejamento e execução de aplicação de Critical Patch Updates (CPU), Security Patch Updates (SPU) e Release Updates (RU/RUR) para garantir a segurança e estabilidade do ambiente.

V. Gerenciamento de Armazenamento: Otimização e gerenciamento de tablespaces, datafiles e **ASM** (Automatic Storage Management), se aplicável.

VI. Suporte na tomada de decisões técnicas, planejamento de capacidade e evolução tecnológica do ambiente.

VII. Apoio à Atualização Tecnológica (Upgrade): Planejamento e execução técnica da migração do Oracle Database 12c SE2 para versões superiores, conforme cronograma a ser pactuado entre as partes via ordem de serviço e limitado ao saldo de horas disponível no Item 2, priorizando-se sempre a prioridade da sustentação do ambiente.

VIII. Emissão de relatório mensal com a quantidade de horas consumidas no contrato acompanhado do número do chamado que deu origem à demanda.

3.3. Requisitos de Conectividade e Acesso Remoto

Todo acesso remoto ao ambiente Oracle do CREMERS (12c SE2) será realizado exclusivamente via VPN segura, provisionada e gerenciada pelo CREMERS. O prestador obrigatoriamente fornecerá um IP dedicado e fixo (não dinâmico ou rotativo), informado previamente para cadastro no firewall, NAC (Network Access Control) e OEM Cloud Control 13.

3.4. Ferramenta de Abertura de Chamados e Comunicação

O prestador deverá possuir e disponibilizar ferramenta própria de gestão de chamados para abertura, acompanhamento e resolução de incidentes. A ferramenta deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I. Funcionalidades obrigatórias:

a) Abertura de chamados via portal web/e-mail/whatsapp.

b) Categorização por prioridade (P1 Crítico, P2 Alto, P3 Médio, P4 Baixo) alinhada aos SLAs.

- c) Histórico completo com timestamps, anexos (logs AWR/RMAN), comentários e SLA tracking (tempo resposta/resolução).
- d) Dashboards em tempo real para CREMERS.
- e) A ferramenta de chamados deverá emitir notificações automáticas por e-mail/SMS para escalonamentos dos chamados na plataforma.

II. Requisitos técnicos:

- a) Compatível com navegadores modernos (Chrome/Edge) e mobile.
- b) SLA de disponibilidade: 99,5% (medido via UptimeRobot ou similar).
- c) Backup diário e retenção de histórico 12 meses (LGPD-compliant).

III. Obrigações:

- a) Treinamento inicial (2h) para equipe CREMERS.
- b) Relatórios mensais de chamados (volume, MTTR, resolução por categoria).

4. REQUISITOS MÍNIMOS

4.1. Qualificação da Equipe Técnica

Para fins de habilitação e garantia da execução direta, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, 02 (dois) profissionais que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- I. Certificação Técnica: Certificação Oracle Certified Professional (OCP) para Oracle Database 12c ou superior. A validade deverá ser comprovada mediante apresentação do código de verificação ou link do portal oficial Oracle CertView.
- II. Experiência Profissional: Experiência mínima de 03 (três) anos em administração, monitoramento e suporte de ambientes Oracle Database de missão crítica.
- III. Comprovação de Experiência: A experiência será validada através de atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que discriminem atividades compatíveis com o objeto (backup/recovery, tuning, segurança e troubleshooting).
- IV. Comprovação de Vínculo (Fase de Habilitação): O vínculo dos profissionais com a licitante deve ser comprovado já na fase de habilitação, mediante cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ficha de registro de empregados ou contrato social (em caso de sócios). Não será admitida a indicação de profissionais sem vínculo empregatício direto ou sob regime de subcontratação.

A exigência de, no mínimo, 02 (dois) profissionais detentores da certificação OCP justifica-se pelo Princípio da Continuidade do Serviço Público. Dado que o objeto prevê monitoramento ininterrupto (24x7x365), a existência de um único profissional certificado criaria um 'Ponto Único de Falha' (Single Point of Failure). A redundância técnica é indispensável para cobrir períodos de férias, licenças médicas, afastamentos legais e eventual turnover, garantindo que o conhecimento crítico do ambiente e o cumprimento dos SLAs não sejam comprometidos por eventos administrativos da contratada.

4.1.1. A comprovação do vínculo empregatício (CTPS, Ficha de Registro) será exigida como condição indispensável para a assinatura do contrato e início da prestação dos serviços.

4.2. Qualificação Técnica Operacional da Empresa (Obrigatória):

Comprovação de execução de mínimo 3 (três) projetos similares ao objeto da contratação, executados nos últimos 3 (três) anos, que demonstrem aptidão para o objeto licitado em características, quantidades e prazos.

Projetos Similares Aceitos:

Suporte técnico a Oracle Database (qualquer versão).

Administração DBA de Oracle Database.

Monitoramento 24x7 de Oracle Database.

Serviços gerenciados (managed services) de Oracle Database.

Migração/upgrade de versões Oracle.

Comprovação:

Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Cada atestado deve conter:

1. Nome/razão social do contratante (cliente);
2. Descrição dos serviços prestados;
3. Período de execução (início e término);
4. Declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente;
5. Identificação e contato do responsável pela emissão.

Justificativa Legal: Atende ao disposto no Art. 67, da Lei 14.133/21, que permite exigir comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

Justificativa Técnica: A comprovação de projetos similares demonstra experiência corporativa da empresa (não apenas individual dos profissionais), capacidade operacional de execução, histórico de relacionamento com clientes e reputação técnica no mercado.

5. Acordos de Nível De serviço (SLAs)

Prioridade	Descrição	Tempo de Resposta	Tempo de Resolução
P1 - Crítica	Sistema indisponível, perda de dados, impacto direto na operação.	30 minutos	4 horas
P2 - Alta	Funcionalidade crítica degradada, impacto significativo na operação.	1 hora	8 horas
P3 - Média	Funcionalidade não crítica afetada, impacto limitado na operação.	2 horas	24 horas
P4 - Baixa	Dúvidas, requisições de informação, melhorias sem impacto imediato.	4 horas	48 horas

Disponibilidade Mensal do Banco de Dados: Mínimo de 99,9%.

RTO (Recovery Time Objective): Máximo de 4 horas para recuperação completa em caso de falha crítica.

RPO (Recovery Point Objective): Máximo de 1 hora de perda de dados em caso de falha crítica.

5.1. Casos Específicos de Exclusão (Não Contabilizados no SLA):

I. Falhas de Infraestrutura CREMERS:

- a) Hardware/servidor fora (ex.: R740 8cores/64GB crash, ASM 2TB disco falho).
- b) Rede interna/LAN interrupção (ex.: switch CREMERS down).
- c) Energia/energia elétrica (sem nobreak/NoBreak insuficiente).

II. Problemas de Software Não-Oracle:

- a) Aplicações cliente (ex.: Java app CREMERS causando ORA-01555 snapshot too old).
- b) SO Linux/Windows bugs/patches não aplicados pelo CREMERS.
- c) Antivírus/firewall bloqueando OEM Agent ou RMAN.

III. Força Maior/Externas:

- a) Desastres naturais.
- b) Falhas Oracle Global (ex.: MOS fora, My Oracle Support downtime).
- c) Ataques cibernéticos não mitigáveis por prestador (ex.: DDoS em roteador CREMERS).

IV. Ações do CREMERS:

- a) Alterações não aprovadas (ex.: usuário altera init.ora sem change request).
- b) Não fornecimento de acesso (ex.: VPN pendente, credenciais erradas).
- c) Testes/agendas conflitantes (ex.: homologação paralela bloqueia upgrade).

V. Limitações Técnicas do Ambiente:

- a) 12c SE2 EOSL (Premier Support) – falhas pós-EOSL não cobertas.
- b) Hardware subdimensionado.
- c) Falta de licenças (ex.: OEM sem Diagnostics Pack).

5.2. O Tempo de Resposta de 30 minutos para incidentes P1 caracteriza-se pelo início do diagnóstico remoto e ciência do evento. Este prazo é tecnicamente viável mediante o regime de sobreaviso remoto e o uso das ferramentas de alerta automático (Item 1), não implicando em permanência física ou dedicação exclusiva in loco, sendo compatível com o dimensionamento da equipe mínima exigida.

6. CRONOGRAMA

O cronograma previsto para a execução dos serviços e entregas é o seguinte:

I. Mês 1: Implantação e configuração completa do **Oracle Enterprise Manager Cloud Control (OEMCC) 13** para o monitoramento contínuo (Item 1).

II. Mensal: Geração e apresentação de relatórios de performance e saúde do ambiente (AWR/ADDM), bem como o consumo de horas do Item 2.

7. VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, respeitada a vigência máxima prevista em lei, desde que haja em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

8. PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e relatório detalhado das atividades executadas. O valor referente ao Item 1 (Monitoramento Contínuo) será fixo mensal. O valor referente ao Item 2 (Suporte Técnico e Administração) será faturado com base nas horas efetivamente utilizadas, respeitando o limite de 60 horas anuais.

9. PENALIDADES

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades financeiras:

- I. **Atraso na Substituição:** Multa diária de **1% (um por cento)** sobre o valor mensal do Item 1 por cada dia de atraso na efetivação da troca de profissional após o prazo estabelecido.
- II. **Falta de Qualificação:** A ausência de profissional com certificação OCP na equipe ativa resultará em multa diária de **5% (cinco por cento)** sobre o valor mensal do contrato, além da glosa integral dos serviços prestados no período de irregularidade.
- III. **Descumprimento de SLA:** O não atendimento aos prazos de resposta e solução (P1 a P4) acarretará multa de **2% (dois por cento)** por ocorrência, aplicada sobre a fatura mensal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CREMERS

10.1. Obrigações da Contratada:

- I. Prestar os serviços com a qualidade técnica exigida, dentro dos prazos e SLAs estabelecidos.
- II. Disponibilizar profissionais qualificados e certificados, conforme os requisitos mínimos.
- III. Garantir a segurança e a confidencialidade dos dados do CREMERS, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- IV. Manter o CREMERS informado sobre o andamento dos serviços e quaisquer ocorrências relevantes.
- V. Apresentar relatórios mensais de atividades e performance.
- VI. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato.

10.2. Obrigações do CREMERS:

- I. Fornecer acesso remoto e as informações necessárias para a execução dos serviços.
- II. Designar um ponto de contato técnico para interação com a CONTRATADA.
- III. Aprovar os planos de trabalho e relatórios apresentados.
- IV. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos acordados.
- V. Colaborar para a aplicação das políticas de segurança e LGPD.

10.3. Cláusula de Execução Direta e Vedação de Subcontratação

- I. Da Execução Direta: A CONTRATADA deverá executar o objeto deste Termo de Referência de forma direta, integral e exclusiva, sendo terminantemente vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, das atividades finalísticas de monitoramento (Item 1) e suporte técnico (Item 2).
- II. Da Pessoaalidade Técnica: Considerando a natureza crítica do ambiente de banco de dados e a exigência de certificações específicas (Oracle Certified Professional - OCP), todos os profissionais alocados para a execução dos serviços deverão pertencer ao quadro funcional estável da CONTRATADA (regime CLT ou sócios-administradores), comprovando o vínculo técnico-operacional direto com a empresa detentora do contrato.
- III. Da Responsabilidade Inafastável: A CONTRATADA assume integral responsabilidade técnica, civil e administrativa pela execução dos serviços, não sendo admitida a intermediação de consultorias externas ou profissionais autônomos sem vínculo empregatício direto para o

cumprimento dos SLAs estabelecidos.

- IV. Da Fiscalização: O CREMERS reserva-se o direito de, a qualquer tempo, exigir a comprovação do vínculo empregatício dos profissionais que acessarem o ambiente via VPN, bem como a validação das certificações exigidas no item de Requisitos Mínimos.
- V. Da Rescisão: O descumprimento desta cláusula de execução direta caracterizará infração contratual grave, sujeitando a CONTRATADA à rescisão imediata do contrato por culpa exclusiva, sem prejuízo das sanções administrativas e multas previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.4. Cláusula de Substituição de Pessoal Técnico

- I. Da Substituição de Profissionais: A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, a equipe técnica mínima aprovada na fase de habilitação. Em caso de necessidade de substituição de qualquer um dos 02 (dois) profissionais certificados (OCP), deverão ser observadas as seguintes condições:
- II. Comunicação e Prazo: A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CREMERS a necessidade de substituição de qualquer profissional com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, salvo em casos de força maior ou desligamento imediato por iniciativa do funcionário. Em qualquer hipótese, o novo profissional deverá ser apresentado e aprovado em até 05 (cinco) dias úteis após a saída do antecessor.
- III. Equivalência Técnica: O profissional substituto deverá possuir qualificação técnica e experiência igual ou superior à do profissional substituído, sendo obrigatória a apresentação da certificação Oracle Certified Professional (OCP) e a comprovação de vínculo empregatício direto, conforme exigido nos Requisitos Mínimos.
- IV. Período de Transição (Handover): Sempre que possível, a CONTRATADA deverá garantir um período de transição de, no mínimo, 03 (três) dias úteis, sem custos adicionais ao CREMERS, para que o profissional que está saindo realize a transferência de conhecimento sobre as particularidades do ambiente ao seu substituto.
- V. Direito de Veto: O CREMERS reserva-se o direito de recusar o profissional indicado caso este não comprove a senioridade exigida ou não demonstre aptidão técnica durante a análise curricular, devendo a CONTRATADA apresentar nova indicação em até 48 horas.
- VI. Sanções por Vacância: A vacância de qualquer uma das vagas da equipe mínima por período superior a 05 (cinco) dias úteis sem a devida reposição homologada caracterizará falha na prestação do serviço, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na cláusula de penalidades por indisponibilidade de pessoal.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida pelo setor de TI do **CREMERS**, que validará a execução dos serviços mediante:

- I. **Relatórios Mensais de Saúde:** Documento detalhando a performance (Statspack), incidentes ocorridos, patches aplicados e status dos backups.
- II. **Relatório de Disponibilidade:** Comprovação técnica do índice de *uptime* do banco de dados.
- III. **Aprovação de Pagamento:** A liberação da fatura mensal estará estritamente condicionada à entrega e aprovação dos relatórios supracitados e à conferência da manutenção da equipe certificada.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Kryvoruchca de Mattos**, **Supervisor do Departamento de TI**, em 22/05/2026, às 13:50, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4264668** e o código CRC **CF9FC025**.



Av. Princesa Isabel, 921 - Bairro Bairro
Santana |
CEP 90620-001 | Porto Alegre/RS -
<https://cremers.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 25.21.000021015-0 | data de inclusão: 21/05/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO INSTITUCIONAL

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta a contratação de serviços especializados em sustentação, monitoramento proativo e administração de banco de dados Oracle para o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CREMERS).

A infraestrutura de dados do CREMERS é o alicerce de serviços críticos prestados à sociedade gaúcha. A indisponibilidade ou degradação de performance deste ambiente impacta diretamente operações vitais, tais como:

- I. Ecossistema de Prescrição Eletrônica: Garantia de autenticidade e disponibilidade para a emissão de receitas, atestados e prontuários em todo estado do Rio Grande do Sul.
- II. Serviços do Espaço do Médico: Emissão de certidões, regularização de débitos e solicitações de registros profissionais.
- III. Fiscalização e Ética: Suporte aos sistemas de processos ético-profissionais e fiscalização do exercício da medicina.

Diante da natureza de missão crítica desses serviços, que exigem disponibilidade integral (24x7x365), a presente contratação busca mitigar riscos operacionais e garantir a integridade das informações sob controle deste órgão.

A elaboração deste documento observa rigorosamente os ditames da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, assegurando o alinhamento entre o planejamento da contratação e as necessidades estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do CREMERS.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente, o suporte técnico ao ambiente Oracle do CREMERS é provido por meio do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 11/2020, firmado com a empresa DBIT Soluções em Banco de Dados Ltda.

Embora o prazo de vigência original tenha se encerrado em março de 2026, foi formalizado um termo aditivo de prorrogação excepcional, visando garantir a continuidade ininterrupta dos serviços essenciais até a conclusão deste novo processo licitatório. Sob a égide do contrato vigente, o valor mensal praticado é de R\$ 1.445,35, totalizando um investimento anual de R\$ 17.344,20.

2.1. AMBIENTE TÉCNICO ATUAL:

1. Instâncias: 1 (uma) instância de banco de dados Oracle em produção.
2. Sistema Operacional: **Linux Oracle x86_64**.
3. Edição do Banco de Dados: **Oracle Database 12c Standard Edition 2 (SE2)**.
4. Licenciamento: **1 (uma) licença** de Oracle Database Standard Edition 2 (SE2).
5. Volume de Dados: Aproximadamente **1,2 TB**, com uma taxa de crescimento estimada em aproximadamente **10% ao ano**. A premissa de crescimento foi validada através da análise histórica de *DBA_HIST_SEG_STAT*.
6. Recursos de Hardware: O servidor é um Dell EMC PowerEdge R740, que possui **28 núcleos de CPU e 192GB de RAM**, com processador Processador Intel® Xeon® Silver 4210.

2.2. Histórico de Consumo de Horas:

O histórico de execução do contrato anterior (PE 11/2020) revela um consumo de 100% das 30 horas anuais contratadas, evidenciando que o volume atual é o limite mínimo de sobrevivência do ambiente, e não o ideal para sua sustentação.

A análise qualitativa desse consumo demonstra uma distorção operacional que precisa ser corrigida:

Tipo de Atividade	Horas Anuais (Estimativa)	Percentual
Atividades Reativas (Resolução de Incidentes P1/P2)	24 horas	80%
Atividades Proativas (Tuning, Manutenção)	6 horas	20%
Total	100%	

Este histórico indica a necessidade contínua e integral dos serviços, conforme planilha anexa ao processo, que demonstra que todas as horas foram consumidas, e com uma clara demanda por mais horas para aprimoramento e segurança, especialmente considerando a inclusão de um novo item de monitoramento proativo e contínuo que deverá demandar novas solicitações de suporte.

2.2.1. Necessidade de Readequação do Quantitativo

A manutenção do quantitativo de 30 horas anuais praticado no contrato anterior é tecnicamente inviável para o novo ciclo, sendo necessária a readequação para 60 horas anuais sob demanda. Esta expansão fundamenta-se em dois pilares estratégicos:

- I. Inversão da Lógica Operacional: Com a implementação do Item 1 (Monitoramento Proativo 24x7), o sistema passará a detectar vulnerabilidades e gargalos antes que se tornem incidentes. Isso gerará um aumento imediato na demanda por horas do Item 2 para correções preventivas e ajustes finos (Tuning).
- II. Segurança e Estabilidade: Para que o CREMERS saia de um modelo puramente reativo para um modelo de alta disponibilidade, é indispensável o aporte de horas dedicadas à aplicação de atualizações, patches de segurança cíclicos e otimização de performance, atividades que eram negligenciadas pela escassez de saldo no contrato anterior.

Portanto, a expansão para 60 horas anuais sob demanda representa uma evolução quando comparada ao contrato anterior, sendo o dimensionamento necessário para suportar a nova estratégia de monitoramento e garantir a saúde do ecossistema de banco de dados após o upgrade de versão.

3. NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO

A necessidade desta contratação decorre, primordialmente, do encerramento da vigência do contrato atual em março de 2026. Mais do que uma obrigação legal de transição para a Lei nº 14.133/2021, este novo processo licitatório representa uma oportunidade estratégica para adequar o suporte técnico à atual criticidade das operações do CREMERS.

A contratação é motivada pela evolução do modelo de gestão, que migra de um suporte puramente reativo para uma estrutura de alta disponibilidade. A inclusão de um item específico para monitoramento contínuo 24x7x365 visa garantir a proatividade necessária para proteger o ecossistema de dados do Conselho, que hoje suporta serviços vitais como a Prescrição Médica Eletrônica.

Atualmente, o ambiente opera ininterruptamente (24 horas por dia), exigindo uma vigilância constante que não era plenamente atendida pelo modelo anterior. Além disso, a nova contratação é fundamental para assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo que atualizações de segurança e patches de correção sejam aplicados de forma cíclica e monitorada, mitigando riscos de vazamentos ou indisponibilidades críticas.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação é a prestação de serviços especializados em suporte e monitoramento de banco de dados Oracle, divididos em dois itens distintos:

4.1. ITEM 1: Monitoramento Contínuo 24x7x365

Serviço de monitoramento proativo da instância Oracle Database 12c Standard Edition 2 em produção, com detecção de anomalias, alertas automáticos, acompanhamento de performance e geração de relatórios. Este item visa garantir a *observabilidade* constante do ambiente, permitindo ações preventivas e reativas rápidas. Será obrigatória a utilização do **Oracle Enterprise Manager Cloud Control (OEMCC) 13c**. O uso da ferramenta dar-se-á sob o regime de Uso Restrito (Restricted Use), conforme licenciamento Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) já detido pelo CREMERS.

4.2. ITEM 2: Suporte Técnico e Administração

Serviços de suporte técnico especializado e administração do banco de dados Oracle, incluindo resolução de incidentes, performance tuning, backup e recovery (utilizando **RMAN - Recovery Manager**) e aplicação de patches. Este item prevê **60 horas anuais** de serviço sob demanda.

Os itens que compõem o objeto serão prestados pela mesma empresa ganhadora, ficando vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

5. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Objetivo Geral

Garantir a disponibilidade, integridade e performance do ecossistema de banco de dados Oracle do CREMERS, mediante a prestação de serviços especializados de monitoramento proativo e suporte técnico, assegurando a continuidade dos serviços digitais de missão crítica prestados à sociedade.

5.2. Objetivos Específicos

- I. Disponibilidade e Continuidade de Negócio: Assegurar o índice de disponibilidade do ambiente de produção em, no mínimo, 99,9% mensal, mitigando riscos de interrupção em serviços vitais, como a Prescrição Médica Eletrônica.
- II. Resiliência e Recuperação (BCP): Garantir a eficácia das estratégias de recuperação de desastres, mantendo o RTO (Recovery Time Objective) inferior a 4 horas e o RPO (Recovery Point Objective) inferior a 1 hora, conforme as melhores práticas de governança.
- III. Vigilância Preditiva 24x7x365: Implementar monitoramento proativo contínuo via OEMCC e Statspack, visando a identificação e neutralização de incidentes em estágio embrionário, antes que gerem impacto ao usuário final.
- IV. Performance e Escalabilidade (Tuning): Manter o ambiente em estado de otimização constante, realizando ajustes finos em infraestrutura e consultas SQL para suportar o crescimento volumétrico de transações sem perda de desempenho.
- V. Estabilidade Pós-Upgrade: Garantir a sustentação tecnológica e a segurança do ambiente após a migração de versão, assegurando que a nova arquitetura opere em total conformidade com as diretrizes do fabricante.
- VI. Segurança e Conformidade (LGPD): Blindar os dados sob custódia do Conselho através da aplicação rigorosa de patches de segurança (CPU/PSU) e auditorias de acesso, garantindo a estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados.

- VII. Planejamento Estratégico (Capacity Planning): Prover inteligência técnica para o planejamento de capacidade e evolução da arquitetura, alinhando a infraestrutura de dados às metas de expansão e modernização do CREMERS.

6. ESCOPO DOS SERVIÇOS E REQUISITOS TÉCNICOS

O escopo abrange a sustentação operacional do ambiente de banco de dados do CREMERS, focado na transição de um modelo reativo para um modelo de alta disponibilidade e monitoramento proativo.

6.1. ITEM 1: Monitoramento Contínuo 24x7x365

O serviço de monitoramento visa a detecção antecipada de falhas para garantir a continuidade de serviços de missão crítica.

- I. Vigilância Proativa: Monitoramento ininterrupto da instância Oracle Database 24 horas por dia, 365 dias por ano.
- II. Gestão de Alertas: Configuração de regras de incidentes para eventos críticos, incluindo indisponibilidade, esgotamento de *tablespaces*, falhas em *jobs* de backup (RMAN) e picos de latência de I/O.
- III. Telemetria de Performance: Acompanhamento em tempo real de métricas de consumo (CPU, Memória, *Wait Events* e sessões ativas).
- IV. Relatórios de Saúde (Health Check): Geração de relatórios semanais de performance baseados em Statspack e métricas do OEMCC.
- V. Ferramental Obrigatório: Utilização do Oracle Enterprise Manager Cloud Control (OEMCC) 13c ou superior, com instalação de agentes nos servidores para centralização da gestão.

6.2. ITEM 2: Suporte Técnico e Administração

Atividades executadas sob demanda (60h anuais) para garantir a integridade e a evolução do ambiente.

- I. Tratamento de Incidentes: Diagnóstico e correção de falhas (Erros ORA-), com foco no restabelecimento do serviço dentro dos SLAs de RTO e RPO definidos.
- II. Performance Tuning (SE2): Otimização de consultas SQL e estruturas de dados (índices, estatísticas) utilizando análise manual de planos de execução e Statspack, garantindo a performance sem o uso de ferramentas da Enterprise Edition.
- III. Backup e Disaster Recovery: Gestão rigorosa de rotinas via RMAN, incluindo validação de *backups* e execução de testes de restauração semestrais.
- IV. Ciclo de Segurança (Patching): Planejamento e aplicação de Patches de Segurança (CPU/PSU) fornecidos pelo fabricante (Nível 3), mitigando vulnerabilidades e garantindo a conformidade com a LGPD.
- V. Administração de Acessos: Gestão de usuários, *roles* e privilégios, além de auditoria de segurança para controle de acessos privilegiados.
- VI. Sustentação Pós-Upgrade: Garantir a estabilidade operacional e o ajuste fino do ambiente após a migração para versões mais recentes, monitorando o comportamento do otimizador e a adaptação das aplicações.

6.3. REQUISITOS TÉCNICOS

6.3.1. Qualificação da Equipe Técnica

A equipe da contratada deve ter qualificações mínimas comprovadas (certificados e atestados). Elas são essenciais para o ambiente crítico do CREMERS, pois garantem skills reais em Oracle, reduzindo o risco de falhas (ex.: patches, tuning). A certificação OCP garante que o profissional possui o conhecimento formal e validado pela Oracle Corporation sobre administração de banco de dados, incluindo backup/recovery, performance tuning, segurança e troubleshooting, habilidades essenciais para a execução do objeto contratual:

1. 2 (dois) Profissionais com certificação **Oracle Certified Professional (OCP)** para Oracle Database 12c ou superior com experiência comprovada de, no mínimo, **3 (três) anos** em administração e suporte de ambientes Oracle Database de missão crítica comprovados através de atestados/certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e registro em Carteira de Trabalho (CTPS) ou Contratos de prestação de serviços com duração comprovada. A exigência de, no mínimo, 02 (dois) profissionais detentores da certificação OCP justifica-se pelo Princípio da Continuidade do Serviço Público. Dado que o objeto prevê monitoramento ininterrupto (24x7x365), a existência de um único profissional certificado criaria um 'Ponto Único de Falha' (Single Point of Failure). A redundância técnica é indispensável para cobrir períodos de férias, licenças médicas, afastamentos legais e eventual turnover, garantindo que o conhecimento crítico do ambiente e o cumprimento dos SLAs não sejam comprometidos por eventos administrativos da contratada.

6.3.2. Qualificação Técnica Operacional da Empresa (Obrigatória):

Comprovação de execução de mínimo 3 (três) projetos similares ao objeto da contratação, executados nos últimos 3 (três) anos, que demonstrem aptidão para o objeto licitado em características, quantidades e prazos.

Projetos Similares Aceitos:

1. Suporte técnico a Oracle Database (qualquer versão).
2. Administração DBA de Oracle Database.
3. Monitoramento 24x7 de Oracle Database.
4. Serviços gerenciados (managed services) de Oracle Database.
5. Migração/upgrade de versões Oracle.

Comprovação:

- I. Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - a. Cada atestado deve conter:
 1. Nome/razão social do contratante (cliente);
 2. Descrição dos serviços prestados;
 3. Período de execução (início e término);
 4. Declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente;
 5. Identificação e contato do responsável pela emissão.

Justificativa Legal: Atende ao disposto no Art. 67, da Lei 14.133/21, que permite exigir comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

Justificativa Técnica: A comprovação de projetos similares demonstra experiência corporativa da empresa (não apenas individual dos profissionais), capacidade operacional de execução, histórico de relacionamento com clientes e reputação técnica no mercado.

6.3.3. Da substituição de pessoal técnico

A manutenção da equipe técnica qualificada é condição essencial para a execução do objeto, sendo a Contratada obrigada a manter, durante toda a vigência do contrato, o quantitativo mínimo de 02 (dois) profissionais certificados OCP (Oracle Certified Professional), conforme estabelecido na Qualificação Técnica.

6.3.3.1. Hipóteses e Prazos de Substituição

A substituição de qualquer integrante da equipe técnica deverá ocorrer nas seguintes condições:

- I. Por Iniciativa da Contratada: Em casos de desligamento, licença ou férias, a Contratada deverá comunicar o CREMERS com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, apresentando simultaneamente o currículo e as certificações do substituto para validação.
- II. Por Solicitação do CREMERS: Caso o profissional demonstre desempenho insuficiente, conduta incompatível ou descumprimento reiterado de SLAs, o CREMERS poderá exigir sua substituição imediata.
- III. Prazo para Efetivação: Uma vez aprovado o perfil do novo profissional pela fiscalização do contrato, a substituição definitiva deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis.

6.3.3.2. Requisitos do Substituto

- I. Equivalência Técnica: O profissional substituto deverá possuir qualificação técnica (certificações e experiência) igual ou superior à do profissional substituído, comprovada mediante apresentação de Certificado OCP e currículo detalhado.
- II. Transferência de Conhecimento (Knowledge Transfer): Durante o período de transição, a Contratada deverá garantir um período de *overlap* de, no mínimo, 03 (três) dias úteis, sem custos adicionais ao CREMERS, para que o novo profissional seja ambientado às particularidades da arquitetura de dados do Conselho.

6.3.3.3. Sanções por Descumprimento

A ausência de um dos profissionais qualificados por período superior a 05 (cinco) dias úteis, sem a devida substituição homologada, caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas em edital e à glosa proporcional dos valores mensais do Item 1 (Monitoramento).

6.4. Das sanções e multas por descumprimento de prazos

O descumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula de Substituição de Pessoal Técnico sujeitará a Contratada às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

6.4.1. Multas por Atraso na Comunicação e Substituição

- I. Atraso no Aviso Prévio: A não comunicação de desligamento ou afastamento programado com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias resultará em multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do Item 1 (Monitoramento), por dia de atraso na comunicação.
- II. Atraso na Efetivação da Troca: O descumprimento do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrada em exercício do novo profissional, após a aprovação do perfil pelo CREMERS, sujeitará a Contratada à multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do Item 1.

6.4.2. Multas por Descumprimento de Requisitos Técnicos

- I. Ausência de Profissional Qualificado: A manutenção da equipe com quantitativo inferior a 02 (dois) profissionais certificados OCP por período superior a 05 (cinco) dias úteis acarretará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total mensal do contrato, aplicada por cada dia de irregularidade.
- II. Substituição sem Homologação: A alocação de profissional substituto sem a prévia validação de currículo e certificação pela fiscalização do CREMERS resultará em multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total mensal do contrato, aplicada por cada dia de irregularidade., além da glosa integral das horas eventualmente prestadas por este profissional.

6.4.3. Glosas e Reincidência

Glosa por Indisponibilidade: Além das multas, haverá a glosa proporcional (desconto na fatura) referente aos dias em que o posto de trabalho permaneceu vago ou ocupado por profissional não certificado.

6.4.4. Procedimento de Aplicação

As multas serão descontadas diretamente dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente, garantido sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa em processo administrativo simplificado.

7. ALTERNATIVAS AVALIADAS

Foram avaliadas as seguintes alternativas para a prestação dos serviços de suporte e monitoramento de banco de dados:

1. **Contratação de Profissionais via Concurso Público:** A contratação de DBAs internos exigiria um alto investimento em salários, benefícios, treinamento e certificações, além da dificuldade em manter uma equipe com expertise diversificada e disponibilidade 24x7. O custo e a complexidade de gestão seriam significativamente maiores do que a terceirização.
2. **Contratação de Serviços de Nuvem Gerenciados (ex: Oracle Cloud Infrastructure - OCI Managed Database):** Embora ofereça alta disponibilidade e escalabilidade, a migração para um serviço de nuvem gerenciado implicaria em custos de migração, risco no funcionamento dos nossos sistemas legados, reengenharia de aplicações e um custo operacional mensal que, para o ambiente atual do CREMERS, seria significativamente superior à contratação de serviços especializados, além de exigir uma mudança de paradigma operacional e de segurança que não é o foco imediato.
3. **Terceirização dos Serviços (Contratação de Empresa Especializada):** Esta alternativa permite o acesso a uma equipe multidisciplinar de especialistas, com experiência em diversos ambientes e versões de banco de dados Oracle, disponibilidade 24x7, e a garantia de SLAs. O modelo de contratação por horas e monitoramento contínuo oferece flexibilidade e otimização de custos, além de transferir a responsabilidade pela manutenção da expertise técnica para a CONTRATADA.

8. JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

A alternativa de terceirização dos serviços por meio da contratação de empresa especializada foi a escolhida por ser a mais vantajosa para o CREMERS. Esta opção garante o acesso a uma equipe de especialistas Oracle com certificações e experiência comprovada, o que seria inviável e excessivamente oneroso através da contratação de profissionais CLT. A terceirização assegura a continuidade dos serviços essenciais, a manutenção da alta disponibilidade e performance do ambiente, e a conformidade com as exigências legais e regulatórias, como a LGPD, através da aplicação de patches e boas práticas de segurança. Além disso, o modelo proposto, com monitoramento 24x7 e horas de suporte flexíveis, permite uma gestão proativa e reativa eficiente, otimizando o investimento e mitigando os riscos associados à obsolescência tecnológica do Oracle 12c SE2.

9. JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA DE REMUNERAÇÃO

A estrutura de pagamento foi desenhada para equilibrar a garantia de disponibilidade com a economia de recursos, dividindo-se em duas modalidades:

9.1. Item 1: Remuneração por Disponibilidade (Valor Fixo Mensal)

A remuneração do monitoramento proativo justifica-se pela natureza contínua e ininterrupta do serviço. Diferente do suporte técnico, o monitoramento não depende de acionamento, mas da manutenção constante de uma estrutura de software (OEMCC) e de alertas configurados.

- I. **Garantia de SLA:** O valor fixo remunera a prontidão da contratada em detectar falhas em tempo real, independentemente do volume de incidentes.
- II. **Prevenção de Danos:** O custo mensal é ínfimo se comparado ao prejuízo financeiro e institucional de uma parada nos sistemas de prescrição eletrônica ou fiscalização do CREMERS.

8.2. Item 2: Remuneração por Efetiva Execução (Horas sob Demanda)

Para as atividades de administração e suporte, adotou-se o modelo de horas sob demanda para garantir a eficiência do gasto público:

- I. Gestão de Contrato: O CREMERS paga apenas pelas horas homologadas via Ordem de Serviço, evitando o pagamento por ociosidade técnica.
- II. Flexibilidade: Permite que o saldo de horas seja gerido conforme a necessidade real do ambiente (ex: janelas de patches ou ajustes de performance).

10. DIMENSIONAMENTO DE HORAS

A definição do quantitativo de 60 horas anuais para o Item 2 (Suporte Técnico Especializado) baseia-se em um critério de proporcionalidade e eficiência. Diferente do modelo anterior, que se limitava ao suporte reativo, o novo escopo exige que a contratada atue sobre os insumos gerados pelo monitoramento proativo (Item 1).

Para garantir que o CREMERS disponha de saldo contratual suficiente para manter a saúde do ambiente sem incorrer em superdimensionamento, estabeleceu-se a seguinte estimativa de esforço técnico:

Atividade Estimada (Item 2)	Esforço Anual	Justificativa Técnica
Análise de Performance (Statspack)	24h	2h mensais para análise dos relatórios e logs gerados proativamente pelo Item 1.
Manutenção de Segurança (Patches)	16h	Ciclos semestrais de aplicação de patches críticos (CPU/PSU) e correções de segurança.
Suporte Corretivo e Ajustes Finos	20h	Média de 1,6h/mês para resolução de incidentes e otimizações pontuais de SQL.
TOTAL ESTIMADO	60 horas	Dimensionamento equilibrado para sustentação e prevenção.

Este dimensionamento permite uma evolução de 100% em relação ao contrato anterior, garantindo que o suporte técnico tenha fôlego para realizar atividades de prevenção e otimização, que historicamente eram sacrificadas em favor de atendimentos emergenciais.

11. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS

A estimativa de custos foi elaborada com base na pesquisa de mercado, no histórico do contrato anterior e na complexidade dos serviços propostos, em conformidade com o Art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

Para pesquisa de preços e definição do preço médio de mercado será considerado o pregão eletrônico 39/2025 da Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS, o pregão eletrônico 44/2025 realizado pela Prefeitura Municipal de Betim/MG e os preços fornecidos através de cotação realizada junto à empresa “Dataunique DB Ltda”. Todos os documentos envolvidos na pesquisa de preços estão anexos ao processo.

O valor médio é definido pela soma dos 3 (três) valores encontrados dividida por 3 (três).

11.2.1. Item 1 (Monitoramento Contínuo 24x7x365):

Item 1 (Monitoramento Contínuo 24x7x365)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Pregão 39/25 – São Leopoldo	1.500,00	18.000,00

Pregão 44/25 - Betim	6.577,80	78.933,60
Data Unique DB LTDA	1.612,00	19.344,00
Valor Médio	3.229,93	38.759,20

11.2.2. Item 2 (Suporte Técnico e Administração):

Item 2 (Suporte Técnico e Administração)	Valor Hora (R\$)	Valor Total – 60 horas/Ano (R\$)
Pregão 39/25 – São Leopoldo	120,50	7.230,00
Pregão 44/25 - Betim	100,00	6.000,00
Data Unique DB LTDA	900,00	54.000,00
Valor Médio	373,50	22.410,00

Estimativa Anual da Contratação: R\$ 38.759,00 + R\$ 22.410,00 = R\$ 61.169,00

Estimativa Mensal da Contratação: R\$ 61.169,00 / 12 = 5.097,41

11.3 ANÁLISE DE AUMENTO:

O valor da hora técnica de R\$ 373,50 foi balizado por rigorosa pesquisa de mercado e análise de certames similares, mostrando-se condizente com a senioridade exigida (profissionais OCP). O custo anual estimado de R\$ 61.169,00 apresenta um incremento em relação ao contrato anterior, o qual é tecnicamente justificado pelos seguintes fatores:

I. Inclusão do Monitoramento Proativo (Item 1)

Diferente do modelo anterior, que era estritamente reativo, a nova contratação introduz o monitoramento 24x7x365. Este item representa um "seguro de disponibilidade", garantindo que falhas sejam detectadas em tempo real, mitigando o risco de paradas não planejadas em serviços críticos.

II. Expansão da Demanda e Criticidade dos Serviços

O aumento de 30h para 60h anuais reflete a explosão volumétrica dos serviços digitais do CREMERS. O ecossistema de Prescrição Médica Eletrônica atingiu o patamar de 18 milhões de documentos emitidos, tornando o banco de dados um ativo de segurança pública. O monitoramento contínuo (Item 1) identificará vulnerabilidades que exigirão intervenções técnicas (Item 2). Manter o quantitativo de 30h seria ignorar o crescimento de 100% na criticidade do ambiente nos últimos anos.

11.4 METODOLOGIA IN 94/2022 (Art. 11):

A estimativa de preços foi realizada com base em:

- I. Pesquisa de preços: Cotações obtidas de fornecedores especializados no mercado de suporte Oracle.
- II. Contratos similares: Análise de valores praticados em contratos de objetos semelhantes em outras instituições públicas.
- III. Análise de razoabilidade: Comparação dos valores obtidos com o escopo detalhado e os requisitos de qualificação, garantindo que o preço estimado seja compatível com a complexidade e a criticidade dos serviços.

12. ANÁLISE DE RISCOS

Abaixo, detalhamos os principais riscos que podem comprometer a disponibilidade do ecossistema de dados do CREMERS e as respectivas estratégias de controle.

12.1. Matriz de Riscos - Suporte e Monitoramento Oracle CREMERS

Risco	Impacto	Probabilidade	Medida de Mitigação
Indisponibilidade Crítica	Parada total da Prescrição Eletrônica e serviços digitais.	Média	Implementação do Item 1 (Monitoramento 24x7) para detecção preditiva de falhas.
Ponto Único de Falha (SPOF)	Interrupção do suporte por ausência, férias ou desligamento de técnico.	Alta	Exigência de, no mínimo, 02 (dois) profissionais certificados OCP na equipe.
Perda de Dados (Data Loss)	Corrupção de arquivos ou falha crítica em rotinas de backup.	Baixa	Gestão via RMAN e execução de testes de restauração semestrais (Item 2).
Vulnerabilidade de Segurança	Invasão ou vazamento de dados sensíveis (LGPD).	Média	Aplicação cíclica de Patches de Segurança (CPU/PSU) e auditoria de acessos.
Degradação de Performance	Lentidão sistêmica em horários de pico de acesso médico.	Alta	Rotinas de Tuning proativo baseadas em métricas do Statspack e OEMCC.
Subcontratação Indevida	Perda de controle sobre a qualidade e sigilo dos dados.	Baixa	Proibição expressa de subcontratação e exigência de vínculo empregatício.
Falta de Respaldo do Fabricante	Impossibilidade de corrigir bugs internos do software.	Baixa	Manutenção do contrato de Suporte de Última Instância (Nível 3) com a Oracle SA.
Consumo Excessivo de Horas	Esgotamento do saldo de horas antes do fim do contrato.	Média	Modelo de 60 horas sob demanda com controle rigoroso via relatórios mensais.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços de suporte e monitoramento de banco de dados Oracle é plenamente viável, necessária e tecnicamente sustentável. A análise demonstra que a terceirização da camada operacional é a alternativa mais adequada para o CREMERS, garantindo a continuidade de serviços de missão crítica, como a Prescrição Eletrônica e o Espaço do Médico.

A viabilidade técnica é reforçada pela existência do contrato vigente com a Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Contratação Direta nº 42/2026, que assegura o suporte de última instância (Nível 3) e o direito a atualizações de software. Esta nova contratação atuará de forma complementar e integrada, servindo como o braço executor que opera o ambiente, aplica os patches fornecidos pelo fabricante e gerencia o monitoramento proativo.

Sob o aspecto econômico, a estrutura do objeto, dividida em monitoramento contínuo (Item 1) e horas sob demanda (Item 2), permite uma gestão financeira eficiente, pagando-se pela disponibilidade e pelo consumo efetivo.

14. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que a contratação de serviços especializados em suporte e monitoramento de banco de dados Oracle é essencial para o CREMERS, dada a criticidade de seus sistemas e a necessidade urgente de atualização da versão do banco de dados para mitigar riscos de segurança e conformidade. O modelo proposto neste ETP, alinhado à **Lei nº 14.133/21** e **IN SGD/ME nº 94/22**, oferece uma solução robusta e economicamente vantajosa.

Recomenda-se a imediata abertura do processo licitatório para a contratação dos serviços, conforme o objeto e as condições estabelecidas neste ETP, com especial atenção aos requisitos técnicos e aos SLAs propostos. Sugere-se a inclusão dos seguintes anexos ao Termo de Referência:

- 1. **Anexo 1:** Matriz de Acordos de Nível de Serviço (SLAs) com detalhamento de prioridades e tempos de resposta/resolução.

ANEXOS TÉCNICOS

ANEXO 1: Matriz de Acordos de Nível de Serviço (SLAs)

A CONTRATADA deverá cumprir os seguintes Acordos de Nível de Serviço (SLAs) para os serviços de suporte e monitoramento:

Prioridade	Descrição	Tempo de Resposta (Item 1 - Monitoramento)	Tempo de Resposta (Item 2 - Suporte)	Tempo de Resolução (Item 2 - Suporte)
P1 - Crítica	Indisponibilidade total do DB ou perda de dados.	15 minutos	45 minutos	4 horas
P2 - Alta	Degradação severa de performance, funcionalidade crítica afetada.	30 minutos	1 hora	8 horas
P3 - Média	Problemas não críticos, funcionalidade parcial, impacto limitado.	1 hora	2 horas	24 horas
P4 - Baixa	Dúvidas, requisições de melhoria, problemas estéticos.	4 horas	8 horas	48 horas

ANEXO II - MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE BANCO DE DADOS
SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

Pregão Eletrônico nº 22/2025

Processo Administrativo nº 235/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
PRE 22/2025, QUE FAZEM ENTRE SI
O CREMERS E XXXX.

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREMERS)**, com sede na Av. Princesa Isabel, 921, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 91.335.315/0001-45, neste ato representado pelo seu Presidente, **DR. XXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE** e o(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, na Cidade de XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXX, conforme ato constitutivo da empresa OU procuração, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 235/2025 e em observância às disposições Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 22/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção, backup primário e suporte técnico para o ambiente de banco de dados Oracle, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Quantidade
01	Suporte Banco de Dados Oracle	xxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, com início em DD/MM/AAAA e término em DD/MM/AAAA, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item deverá ser promovida mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$.....(), perfazendo o valor total de R\$.....().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de sessenta dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de sessenta dias
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou

incorrções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas

de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREMERS desde exercício na dotação abaixo discriminada:

6.2.2.1.1.33.90.39.030 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - TELEFONIA E INTERNET e
6.2.2.1.1.33.90.39.007 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Alegre, XX de XXXXX de 2025.

Dr. XXXXXXXXXXXXX

Presidente

Conselho Regional de Medicina do

Estado do Rio Grande do Sul

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA